

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias
FINALIDADE: Levantamento de informações
Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .
Belém, 16 de janeiro de 2024.
RICARDO DE ARAUJO MOURA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0137/2024-MP/PGJ
A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:
Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 101365/2024, conforme abaixo relacionado
NOME: CRISPIM RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO
CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRACAO - AUD-201
MATRÍCULA: 999.1275
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994
ORIGEM: Belém/Pará
DESTINO(S): Moju/Pará, Abaetetuba/Pará
PERÍODO(S): 05/02/2024 - 09/02/2024
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias
FINALIDADE: Reparos em bens móveis/imóveis - Realizar instalação das persianas novas, a readequação do layout e inventário físico do bens permanentes ao MPPA instalados nas Promotorias de Justiça do Moju e Abaetetuba/PA
Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .
Belém, 16 de janeiro de 2024.
RICARDO DE ARAUJO MOURA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Republicada por alteração na original publicada no D.O.E. de 23 de novembro de 2023
PORTARIA Nº 6757/2023-MP/PGJ
A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012, RESOLVE:
Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 150020/2023, conforme abaixo relacionado:
NOME: MARCO AURELIO SOUZA DE OLIVEIRA
CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR ESPECIALIZADO - MP.CPCE-102.4
MATRÍCULA: 999.3274
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994
ORIGEM: Belém/Pará
DESTINO(S): Paragominas/Pará
PERÍODO(S): 20/11/2023 - 21/11/2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias
FINALIDADE: Fiscalização de Contrato
Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.
Belém, 20 de novembro de 2023.
RICARDO DE ARAUJO MOURA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Protocolo: 1032162

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Núm. do Termo Aditivo: 1º
Núm. do Contrato: 043/2023-MP/PA.
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 005/2023-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa XT FIBRA LTDA, CNPJ n.º 42.890.726/0001-97.
Objeto do contrato: Prestação de serviços de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Medicilândia/PA.
Objeto deste termo aditivo: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 05/04/2024 até 04/04/2025, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993 c/c a Cláusula Nona, item 9.1, do instrumento em apreço, conforme GEDOC 143804/2023
Data de Assinatura: 16/01/2024.
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.091.1494.8758 – Governança e Gestão; Natureza da Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica; Fonte: 01.500.0000.01 – Recursos Ordinários.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador Responsável: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1032223

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Núm. do Termo Aditivo: 3º
Núm. do Contrato: 112/2021-MP/PA.
Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 007/2020-SEPLAD.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa CLARO DO BRASIL S/A, CNPJ n.º 40.432.544/0001-47.
Objeto do contrato: Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto deste termo aditivo: Acréscimo de 57 (cinquenta e sete) unidades

ao item 06, com fulcro no art. 65, inc. I, b, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e Cláusula Décima Sexta, item 16.1 do referido instrumento contratual, conforme Protocolo n.º 16940/2023.
Data de Assinatura: 16/01/2024.
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; Natureza da Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica; Fonte: 01.500.0000.01 – Recursos Ordinários.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador Responsável: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1032217

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação: nº 002/2024-MPPA
Processo: Gedoc nº 140490/2023.
Fundamento Legal: artigo 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa J B MONTEIRO CARDOSO - ME (CNPJ 00.673.266/0001-03).
Objeto: Aquisição de bandeiras de mesa e medalhas comemorativas.
Valor Total: R\$ 52.190,00 (cinquenta e dois mil, cento e noventa reais);
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101. 03. 091. 1494. 8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais Natureza da Despesa: 339030 – Material de Consumo Fonte de Recursos: 01500 0000 01 – Recursos Ordinários;
Data da Assinatura: 17/01/2024
Ordenador Responsável: Procurador-Geral de Justiça, Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR.

Protocolo: 1032273

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Núm. do Termo aditivo: 2º.
Núm. do Convênio: 001/2022-MP/PA.
Participes: Ministério Público do Estado do Pará e o BANCO DAYCOVAL S/A.
Objeto do Convênio: realização de consignação em folha de pagamento de parcelas referentes a empréstimos e financiamentos concedidos pelo BANCO DAYCOVAL aos membros e servidores do MINISTÉRIO PÚBLICO.
Objeto do termo aditivo: Prorrogação do prazo de VIGÊNCIA do Convênio por mais 12 (doze) meses, a partir de 21/01/2024 até 20/01/2025, e alteração de representante legal da instituição financeira, conforme Protocolo GEDOC 146604/2023.
Data de Assinatura: 17/01/2024.
Ordenador Responsável: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 1032376

OUTRAS MATÉRIAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2024 8ªPJJI
O 8ª Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 9º da Resolução 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000XXX-117/2023, que se encontra à disposição na 8ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, situada na Rua Ângelo Custódio nº 85, bairro Cidade Velha, CEP: 66.023-090, Belém-PA, Telefone: (91) 4006-3400 / Ramal 709.
Requerido (s): POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA.
Assunto: Acompanhamento e fiscalização da política pública socioeducativa no que tange à garantia do direito à inserção de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa nos programas de aprendizagem da POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA.
PROMOTOR DE JUSTIÇA – ANTONIO LOPES MAURÍCIO

Protocolo: 1032376

Extrato de PORTARIA nº 02/2024-MP/PJDPPMA
O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DO 5º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE BELÉM, Dr. SANDRO RAMOS CHERMONT, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2024.00000018-0, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa do Ministério Público, situada na rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
PORTARIA de Instauração nº 02/2024
Data da Instauração: 16/01/2024
Objeto: apurar a regularidade/legalidade do credenciamento da empresa Alencastro Dutra Auditoria, Consultoria Ltda para exercer atividade de Organismo Certificador Designado perante o Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA
Promotoria de Justiça: 5º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA
Promotor de Justiça: SANDRO RAMOS CHERMONT

Protocolo: 1032370

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA
Extrato da PORTARIA Nº03/2024-MP/PJTS
O Promotor de Justiça Titular de Terra Santa, no uso de suas funções constitucionais previstas previstas no art. 129, inciso III, da Constituição